

Reunião de 26 de dezembro de 2019



----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia vinte e seis de dezembro do ano de dois mil e dezanove. ----

----- Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Manuel da Ressurreição Cordeiro, Evaristo António Neves, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Joana Filipa Vicente da Silva e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira e, comigo, António Luís Moreira, técnico superior jurista, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, foi deliberado proceder à justificação da falta à presente reunião da excelentíssima senhora vereadora, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado, por motivo de gozo de férias e, de seguida, à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

----- **BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia vinte e três de dezembro de dois mil e dezanove. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de quatro milhões, seiscentos e um mil, cento e oitenta e seis euros e quatro centimos (€4.601.186,04). -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **VII ENCONTRO DE MÁSCARAS:** - O senhor presidente da Câmara informou e convidou o Executivo para estar presente no próximo sábado, dia vinte e oito, às catorze horas e trinta minutos, no Posto de Turismo, no VII Encontro de Máscaras, que se realiza no concelho. -----

----- **III ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS DO DISTRITO DE BRAGANÇA:** - O senhor presidente da Câmara informou o Executivo que o III Encontro das Associações Juvenis do Distrito de Bragança acontecerá no próximo sábado, dia vinte e oito de dezembro, na vila de Mogadouro. -----

----- **PROVA DE VINHOS – AECT-DOURO/DUERO:** - Sobre esta matéria o senhor presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo Municipal que, no dia vinte e sete e vinte e oito do mês de dezembro decorrerá, na Casa das Artes e Ofícios de Mogadouro, uma prova de vinhos, com a presença da senhora secretária de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira. -----

Reunião de 26 de dezembro de 2019



----- **GÁS NATURAL PARA A VILA DE MOGADOURO:** - Sobre este assunto, o senhor presidente da Câmara, deu nota que, no dia vinte e sete de dezembro está agendada uma reunião, em Lisboa, com o senhor secretário de Estado da Energia, João Galamba. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR MANUEL CORDEIRO:** -
Interveio e leu o seguinte documento: -----

“Exmo Senhor Presidente -----

Espero que tenha tido um período natalício cheio de felicidade, na companhia dos seus familiares. Faço o mesmo voto para os restantes membros do executivo e para os vereadores Alexandra e Daniel Ribeiro. -----

No rescaldo da I São Silvestre realizada em Mogadouro, fiz uma visita aos contratos assinados pelo executivo nos últimos meses, para o conhecer. Verifico que o valor do contrato foi de 8000 Euros. Se a este valor somarmos os prémios atribuídos, estaremos a falar de um valor próximo de 9000 Euros. Não vou discutir se o preço foi o adequado. O Senhor Presidente melhor do que eu saberá. Senhor Presidente, havendo um clube em Mogadouro que tem uma seção de atletismo, o Académico, por que razão não foi envolvido na organização da São Silvestre? Porque é que não foi envolvido na organização e/ou na divulgação da prova o nosso atleta Rui Muga, como Padrinho da Prova? Todos sabemos o nome que ele tem no mundo do atletismo, pois tem, sem qualquer dúvida, categoria nacional e mesmo internacional. -----

O processo dos precários foi uma excelente oportunidade concedida aos municípios para regularizar a situação dos seus funcionários que tinham vínculo precário ao município. -----

Por razões que só o senhor presidente sabe, o nosso município não a aproveitou. Como é do conhecimento geral, Mogadouro tem, desde há vários anos, anteriores ao seu 1º mandato, infraestruturas desportivas que poucos municípios têm. Assim sendo, o Senhor presidente pode garantir-nos que os mogadorenses, desde os mais jovens aos mais idosos, beneficiam da existência dessas infraestruturas? Alguns rumores que me chegaram são no sentido de que a oferta

Reunião de 26 de dezembro de 2019



a nível de educação física destinada a idosos em algumas aldeias deixaram de existir. É verdade? -----

No processo dos precários o executivo a que o Senhor preside, dispensou 3 professores de Educação Física, com bastante experiência no ensino e na prática desportiva. -----

O Senhor Presidente acha que eles não eram precários? Lembro-lhe que Precário era definido como “o funcionário que trabalha para o executivo há mais de 6 meses e que desempenha tarefas indispensáveis ao funcionamento regular do município”. -----

Não discuto porque razões eles foram dispensados. Pela lei do menor esforço eu podia dizer que foi por razões políticas, mas não o vou dizer. No entanto deixo essa conclusão para o Senhor presidente e para lhe facilitar a resposta digo-lhe que ao contratar uma pessoa para desempenhar as tarefas que eles desempenhavam, está a concordar que eles eram precários. E assim sendo, o Senhor Presidente contribuiu para que fosse cometida uma injustiça para com esses funcionários. -----

O Senhor Presidente teve uma oportunidade excelente para provar que não tinha agido por questões políticas, se tem contratado um dos professores que foram dispensados. Eram experientes e com provas dadas. Tenho a certeza que a área do desporto do município ficaria a ganhar. -----

Senhor Presidente, como deve calcular eu considero muito importante a realização de uma corrida São Silvestre em Mogadouro, na qual participei tendo sido, mesmo, o 1º inscrito. E um trail como o que vai haver no dia 22 de Março, no qual participarei, se tudo correr como eu espero. -----

Mas estas provas deveriam ser consequência de um forte departamento de desporto, que Mogadouro já teve e que neste momento tenha dúvidas que tenha.

Espero que assim seja. -----

Tenho dito. -----

.....
Em nome da coligação TODOS POR MOGADOURO proponho um Voto de Louvor

Reunião de 26 de dezembro de 2019



ao atleta mogadourense Sandro Filipe Delgado Teixeira, por ter sido Campeão Regional de Estrada em Cadetes, em 2018.” -----

----- Na sequência da intervenção acima exarada, usou da palavra a senhora vereadora do Partido Socialista, Joana da Silva, e disse que, quanto à Primeira Corrida de São Silvestre o Município contratou uma empresa com provas dadas na organização deste tipo de provas. – Ainda, que é de salientar que o CAM não tem serviço de cronometragem, imprescindível a este tipo de prova. -----

----- Continuou que, quanto ao valor de oito mil euros (€8.000,00), este incluía prémios monetários, brindes, medalhas *finisher*, cronometragem, organização, divulgação, marcação e acompanhamento da prova. -----

----- Mais disse que o atleta Rui Muga é padrinho da prova como foi referido no dia da prova, tendo o mesmo dado entrevistas nesse sentido. -----

----- No que respeita à atividade física nas juntas de freguesias, comunicou que a mesma está a ser ministrada em todas aquelas que o solicitaram, uma vez que, antes do início do ano letivo o Município enviou a todas as freguesias um ofício a questionar da pretensão de terem atividade física nas suas freguesias com a informação das condições e obrigações da mesma. ---

----- **VOTOS DE UM BOM ANO 2020:** - O senhor presidente da Câmara apresentou votos de um bom ano de dois mil e vinte a todo o Executivo. -----

ORDEM DO DIA

- 1 **ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 22/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2019.** -----
- 2 **GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO:** -----
 - 2.1 **PEDIDO DE ANTÓNIO MANUEL PEREIRA A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO 39-D DA FREGUESIA DE PENAS ROIAS – DESPACHO DE DEFERIMENTO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE EVARISTO NEVES – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO.** -----
 - 2.2 **PEDIDO DE ANA CLÁUDIA MARTINS MESQUITA A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO 66-D DA FREGUESIA DE CASTRO VICENTE – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** ---
 - 2.3 **PEDIDO DE CATARINA AUGUSTA MARCOS A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO**

Reunião de 26 de dezembro de 2019



DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE OS PRÉDIOS RÚSTICOS 240-F, 225-A E 11-F, SITOS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REMONDES E SOUTELO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

- 3 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA OCUPAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR, UM (A) TERAPEUTA OCUPACIONAL E UM (A) TERAPEUTA DA FALA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 4 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – RELATÓRIO SOBRE O TRANSPORTE DE DOENTES NO MÊS DE OUTUBRO DE 2019 – PARA CONHECIMENTO. -----
- 5 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – RELATÓRIO SOBRE A COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2019 – PARA CONHECIMENTO. -----
- 6 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE SANDRO FILIPE DELGADO TEIXEIRA PARA UTILIZAÇÃO GRATUITA DO GINÁSIO MUNICIPAL PARA TREINOS DE PREPARAÇÃO PARA O CAMPEONATO NACIONAL DE ESTRADA DE BICICLETA 2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 7 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO KYOKUSHINKAN PORTUGAL PARA CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA AS AULAS DE KARATÉ EM MOGADOURO COM CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 8 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE DIAMANTINO DO NASCIMENTO MOREIRAS PARA APOIO HABITACIONAL (SUBSTITUIÇÃO DE TELHADO) DE UMA HABITAÇÃO SITA EM SÃO PEDRO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 9 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE CÂNDIDA ISOLINA PIRES PARA ANULAÇÃO DO VALOR DA DÍVIDA RELATIVA AO NÃO PAGAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA MENSALIDADE DO CONSUMO DE ÁGUA POR UM PERÍODO DE DOZE MESES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

Reunião de 26 de dezembro de 2019



- 10 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO MASCHOCALHEIRO PARA O PLANO DE ATIVIDADES DE 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 11 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE OS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NA VILA DE MOGADOURO – REVISÃO DE PREÇOS (CONTRATO N.º 2/2014, DE 21 DE JANEIRO) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 12 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE IRENE AUGUSTA CORDEIRO PARA PAGAR A FATURA DE ÁGUA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019, NO VALOR DE 437,24 EUROS, EM CINCO PRESTAÇÕES MENSASIS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 13 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO SOBRE A EMPREITADA DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE URRÓS – PEDIDO DA EMPRESA AMBIÁGUA, S.A. DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE MAIS TRINTA DIAS PARA CONCLUSÃO DE TRABALHOS – DESPACHO DE APROVAÇÃO PROFERIDO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----
- 14 PEDIDO DE APOIO DE COLABORAÇÃO DA AIVECA-ASSOCIAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO E VALORIZAÇÃO ETNOGRÁFICA E CULTURAL DE AZINHOSO PARA O PLANO DE ATIVIDADES DE 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 15 ACISM-ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE MOGADOURO – ENTREGA DO APURAMENTO DE CONTAS DA FEIRA DOS GORAZES DO ANO 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. --
- 16 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÔNIO – INFORMAÇÃO SOBRE A EMPREITADA DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE URRÓS – MINUTA DO CONTRATO DE REALIZAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS – DESPACHO DE APROVAÇÃO PROFERIDO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----
- 17 EMPREITADA “PROJETO E EXECUÇÃO DA REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES” – RELATÓRIO DO JÚRI DO CONCURSO DE REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR NOS TERMOS DA ALÍNEA b) DO N.º 1

Reunião de 26 de dezembro de 2019



**DO ARTIGO 79.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS –
DESPACHO DE APROVAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA
CÂMARA DE REVOGAÇÃO DE CONTRATAR – RATIFICAÇÃO DE
ATO ADMINISTRATIVO.** -----

**----- 1. ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 22/2019 DA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2019:** - Foi presente a ata
número vinte e dois barra dois mil e dezanove da reunião ordinária do dia
dez de dezembro do ano de dois mil e dezanove, cuja cópia foi previamente
distribuída a todos os membros do Executivo. Colocada a votação, foi
aprovada, por unanimidade. -----

----- O senhor vereador, Evaristo António Neves, não participou na
aprovação da presente ata, por não ter estado presente na referida reunião
(n.º 3 do artigo 34.º, Parte II, do Código do Procedimento Administrativo,
aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro). -----

2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO

**----- 2.1 PEDIDO DE ANTÓNIO MANUEL PEREIRA A SOLICITAR A
EMIÇÃO DE CERTIDÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO,
CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE
COMPARTES SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO 39-D DA FREGUESIA DE
PENAS ROIAS – DESPACHO DE DEFERIMENTO DO SENHOR VICE-
PRESIDENTE EVARISTO NEVES – RATIFICAÇÃO DE ATO
ADMINISTRATIVO:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, com
fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, datado de treze de
dezembro de dois mil e dezanove, adiante transcrito, proferido pelo senhor
vice-presidente e vereador com delegação de competências na área,
Evaristo António Neves, sob a análise/informação número mil e sessenta e
nove, de quatro de dezembro corrente, da arquiteta, Alexandra Machado, do
Ordenamento do Território e Urbanismo, na qual referiu que, o pedido
apresentado pelo munícipe, António Manuel Pereira, relativo à emissão de
certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer
favorável à celebração de negócio jurídico de constituição de
compropriedade ou aumento de compartes sobre o prédio rústico inscrito na
matriz com o número 39-D, denominado por Cabeço dos Castanheiros e
Prado Salgueiro, da freguesia de Penas Roias, pode ser deferido: -----

----- *“Deferido conforme informação técnica. Ao Executivo para ratificação.”*

Reunião de 26 de dezembro de 2019



----- 2.2 PEDIDO DE ANA CLÁUDIA MARTINS MESQUITA A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO 66-D DA FREGUESIA DE CASTRO VICENTE – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Ana Cláudia Martins Mesquita, datado de dezanove de novembro do corrente ano, com morada na rua Direita, número treze, na localidade de Castro Vicente deste concelho, registado com o número oitocentos e quarenta e três barra dezanove, em que solicitou, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, a emissão de certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade ou aumento de partes sobre o prédio rústico inscrito na matriz número 66-D, denominado por Couraceira, na freguesia de Castro Vicente deste concelho. -----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, da OTU-Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua análise/informação número mil e sessenta e oito, de quatro de dezembro corrente, informou o seguinte: -----

----- “
----- A Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese ilegal, no art.º 54.º do referido diploma diz: -----

... “Medidas preventivas -----
1 – A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de partes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios.” -----

----- Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior de V. Exa. o deferimento do pedido.” -----

----- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido da requerente, procedendo os Serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos. -----

----- 2.3 PEDIDO DE CATARINA AUGUSTA MARCOS A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES SOBRE OS PRÉDIOS RÚSTICOS 240-F, 225-A E 11-F, SITOS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REMONDES E SOUTELO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Catarina Augusta

Reunião de 26 de dezembro de 2019



Marcos, datado de onze de dezembro corrente, com morada na rua do Forno Telheiro, número catorze, na localidade de Remondes deste concelho, registado com o número oitocentos e setenta e sete barra dezanove, em que solicitou, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, a emissão de certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade ou aumento de compartes sobre os prédios rústicos inscritos nas matrizes números 240-F, denominado por Chãs; 225-A, denominado por Vale de Cervas e 11-F, denominado por Ponte Velha, sítios na União de freguesias de Remondes e Soutelo deste concelho. -----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, da OTU-Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua análise/informação número mil, cento e três, de onze de dezembro corrente, informou o seguinte: -----

----- “
----- A Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese ilegal, no art.º 54.º do referido diploma diz: -----

... “Medidas preventivas -----

1 – A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios.” -----

----- Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior de V. Exa. o deferimento do pedido.” -----

----- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido da requerente, procedendo os Serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos. -----

----- **3. GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA OCUPAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR, UM (A) TERAPEUTA OCUPACIONAL E UM (A) TERAPEUTA DA FALA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, datada de dezoito de dezembro de dois mil e dezanove, sobre o assunto em epígrafe, do teor seguinte: -----

----- “Considerando que: -----

- De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação em vigor e doravante designada apenas por

Reunião de 26 de dezembro de 2019



LGTFP, os serviços da Administração Pública podem promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal; -----

- O Município de Mogadouro não se encontra numa situação de saneamento ou rutura, pelo que a Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2019, aprovada pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, possibilita a presente intenção de recrutamento, ao não ter norma específica que a vise restringir; -----
- Atenta a estratégia do Município para o desenvolvimento concelhio e os projetos prioritários que se pretendem implementar, com vista ao seu alcance, resulta evidente a necessidade de procedermos ao recrutamento de trabalhadores que permita não só colmatar as carências existentes, mas também, fazer face ao volume de trabalho que está a decorrer nos serviços municipais, garantindo a concretização e o sucesso dos mesmos de uma forma sustentável e duradoura; -----
- Em 8 de fevereiro de 2018 foi aprovado pela Comissão Diretiva do PO Norte 2020, o projeto designado Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, pressupondo a contratação de trabalhadores com formação específica uma vez que, presentemente o Município não possui no seu Mapa de Pessoal; -----
- Esta carência, que se traduz em necessidades temporárias dos serviços, fundamenta a autorização de abertura do procedimento concursal para o preenchimento dos dois postos de trabalho vagos na carreira e categoria de técnico superior, com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo determinado, a termo certo, tal como caracterizado no nosso mapa de pessoal e identificado sumariamente no quadro seguinte: -----

Carreira/Categoria	N.º de Postos de Trabalho	Área/Atividade
Técnico superior	1	Terapeuta Ocupacional
Técnico superior	1	Terapeuta da Fala

- Dadas as previstas dificuldades de recrutamento, para os postos de trabalho indicados, de trabalhadores detentores de vínculo em funções públicas por tempo indeterminado, o procedimento concursal a realizar deve, ao abrigo do princípio da boa administração, consagrado no artigo 6.º do Código do Procedimento Administrativo, designadamente em obediência a critérios de eficiência, economicidade e celeridade,

Reunião de 26 de dezembro de 2019



permitir a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme previsto no n.º 5 do artigo 30.º da LGTFP; -----

- O mapa de pessoal do Município de Mogadouro para o ano de 2019, aprovado com o orçamento municipal na sessão da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2018, prevê os postos de trabalho a que se refere a presente proposta; -----*
- Os lugares postos a concurso terão como conteúdo funcional genérico o definido no anexo da LGTFP para as respetivas carreiras e categorias, em articulação com as funções previstas para as unidades orgânicas identificadas no Regulamento da Organização dos Serviços Municipais; -----*
- A competência para a promoção de recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho é atualmente cometida ao órgão executivo do Município, de acordo com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro; -----*
- Neste sentido, ao abrigo da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto no artigo 29.º, no artigo 30.º e no n.º 1 do artigo 33.º todos da LGTFP, tenho a honra de propor que: -----*

- 1. A Câmara Municipal, nos termos referidos anteriormente, delibere autorizar a abertura de procedimentos concursais comuns para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a termos certo, nos termos previstos na Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, tendo em vista a ocupação dos 2 (dois) postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, supra identificados, para desempenharem funções no âmbito do projeto Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, autorizando, também, a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público; -----**
- 2. Seja aprovado o prazo de 10 dias úteis para apresentação de candidaturas aos referidos procedimentos; -----**
- 3. Seja aprovada, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do RJAL, a presente deliberação em minuta." -----**

----- Analisada a presente proposta, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la, autorizando a abertura de ambos os procedimentos concursais comuns para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a termos certo, nos termos

Reunião de 26 de dezembro de 2019



previstos na Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, tendo em vista a ocupação dos dois (2) postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, supra identificados, para desempenharem funções no âmbito do projeto Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar; a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público e o prazo de dez (10) dias úteis para apresentação de candidaturas aos referidos procedimentos. -----

----- 4. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – RELATÓRIO SOBRE O TRANSPORTE DE DOENTES NO MÊS DE OUTUBRO DE 2019 – PARA CONHECIMENTO: - Através da informação número seis mil, duzentos e trinta e oito, de nove de dezembro de dois mil e dezanove, da técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, a Câmara tomou conhecimento que durante o mês de outubro do corrente ano foram efetuadas vinte e seis (26) deslocações com doentes para hospitais do Porto; cento e treze (113) consultas e um encargo no montante de quatro mil, quinhentos e oitenta e um euros e vinte cêntimos (€4.581,20). -----

----- 5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – RELATÓRIO SOBRE A COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2019 – PARA CONHECIMENTO: - Através da informação número seis mil, duzentos e trinta e seis, de nove de dezembro de dois mil e dezanove, da técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, a Câmara tomou conhecimento que durante o mês de outubro do corrente ano não foi efetuado nenhum pedido ao nível da comparticipação municipal em medicamentos; quarenta e nove (49) munícipes utilizaram o cartão de aquisição de medicamentos de forma gratuita e o encargo foi de mil, quinhentos e sessenta e um euros e setenta e dois cêntimos (€1.561,72).

----- 6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE SANDRO FILIPE DELGADO TEIXEIRA PARA UTILIZAÇÃO GRATUITA DO GINÁSIO MUNICIPAL PARA TREINOS DE PREPARAÇÃO PARA O CAMPEONATO NACIONAL DE ESTRADA DE BICICLETA 2020 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Sandro Filipe Delgado Teixeira, datado de quatro de dezembro corrente, registado com o número "2019,EXP,E,GE,2130", residente na rua de Macau, número treze, na vila de

Reunião de 26 de dezembro de 2019



Mogadouro, no qual informou que vai participar no Campeonato Nacional de Estrada de Bicicleta de dois mil e vinte na categoria de juniores e solicitou autorização para frequentar o ginásio municipal para treinar com isenção do pagamento das taxas municipais. -----

----- A informação número seis mil, cento e cinquenta, de cinco de dezembro corrente da técnica de serviço social, Ana Sarmiento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, referiu que, de acordo com o estipulado no Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais não é referenciado o ginásio municipal, no entanto, considerando o estipulado no artigo 21.º (Dúvidas e omissões), que refere que *“Os casos omissos e as dúvidas que forem suscitadas na aplicação e interpretação do presente Regulamento que não possam ser resolvidas com recurso ao critério previsto no artigo 9.º do Código Civil, serão submetidos a deliberação dos Órgãos Municipais competentes.”* -----

----- Prestando atenção à informação técnica supratranscrita, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do munícipe e autorizar a sua entrada gratuita no ginásio municipal durante o tempo que durar a sua preparação física para o Campeonato Nacional de Estrada de Bicicleta de dois mil e vinte, na categoria de juniores e ainda atribuir-lhe um voto de louvor pelos resultados obtidos na época transata. -----

----- 7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO KYOKUSHIN-KAN PORTUGAL PARA CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA AS AULAS DE KARATÉ EM MOGADOURO COM CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um pedido do presidente da AKKP-Associação Kyokushin-Kan Portugal, com sede na rua Álvaro Leite, na cidade de Bragança, Sensei, Almir Smith, registado com o número “2019,EXP,E,GE,2118”, no qual informou que os objetivos daquela associação são, entre outros, divulgar, incentivar e aprofundar o estudo e a prática do Kyokushin-Kan Karaté, como atividade formativa, desportiva e cultural de desenvolvimento espiritual e físico e solicitou a celebração de um protocolo com esta Câmara para dar continuidade ao seu projeto neste concelho, com o intuito da cedência de um espaço onde serão ministradas as aulas de Karaté, propondo as quartas-feiras das dezassete horas e cinquenta minutos às dezoito horas e cinquenta minutos e sábados das dez horas e trinta minutos às onze horas e trinta minutos, praticando o preço de vinte e cinco euros (€25,00), na mensalidade dos praticantes. -----

Reunião de 26 de dezembro de 2019



----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número seis mil, duzentos e vinte, de nove de dezembro corrente, referiu que, caso haja disponibilidade do Município para a cedência do espaço, seja na Casa das Artes ou Casa da Cultura (Sala de Exposições), não vê inconveniente à celebração deste protocolo. -----

----- Após análise, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido da associação que tem como objetivo a promoção do desporto mediante a celebração de um protocolo de colaboração que vise a cedência de um espaço, a sala de exposições da Casa da Cultura ou as instalações da Casa das Artes e Ofícios, para a prática do Karaté, modalidade que se propõe desenvolver para os interessados do concelho, como contrapartida o preço da mensalidade será de vinte e dois euros e cinquenta cêntimos (€22,50) e não os vinte e cinco euros (€25,00), como refere na sua proposta, por achar excessivo, tendo em atenção que lhe vai ser disponibilizado um espaço, sem custos mensais de renda, água e luz, apesar de ter que preservar as instalações que irá utilizar. -----

----- Mais foi deliberado que o protocolo, onde constarão as obrigações de ambas as partes, deverá ser aprovado em próxima reunião do executivo. -----

----- 8. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE DIAMANTINO DO NASCIMENTO MOREIRAS PARA APOIO HABITACIONAL (SUBSTITUIÇÃO DE TELHADO) DE UMA HABITAÇÃO SITA EM SÃO PEDRO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um pedido do munícipe, Diamantino do Nascimento Moreiras, datado de oito de novembro do corrente ano, com morada na rua Eça de Queirós, número dez, na vila de Mogadouro, registado com o número dez mil, quinhentos e trinta e três barra dezanove, em que solicitou, nos termos do artigo sexto do Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro, apoio à melhoria do alojamento, especificamente a substituição do telhado de uma habitação, sua propriedade, sita na rua do Cemitério, número dez, na localidade de São Pedro, freguesia de Meirinhos deste concelho. -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número seis mil, trezentos e trinta e cinco, de doze de dezembro corrente, referiu o seguinte: -----

----- “

Reunião de 26 de dezembro de 2019



----- O requerente efetuou já anteriormente dois pedidos idênticos para esta habitação em 08 de Setembro de 2016 e 26 de Outubro de 2017, pedidos que lhe foram indeferidos por deliberação do Executivo Camarário de 14 de Fevereiro de 2017 e 24 de Abril de 2018, respetivamente, e cujos comprovativos anexamos. -----

----- Assim, e por forma a podermos informar V. Exa., acerca deste novo pedido do Sr. Diamantino deslocámo-nos mais uma vez (3.^a vez) a esta localidade no dia 04 de dezembro de 2019, para averiguar a situação desta habitação. Desta visita informamos V. Exa. que: -----

- A habitação do requerente não apresenta sinais de degradação nem exteriores nem interiores conforme fotografias anexas; -----
- Possui condições de habitabilidade, quer no rés-do-chão quer no 1.º piso, uma vez que é constituída por dois pisos. Tem cozinha, casa de banho, três quartos e duas salas, bem como todo o equipamento doméstico e eletrodomésticos necessários, conforme é possível ver nas fotografias. -----
- O requerente que se encontrava presente, a nosso pedido, nesta visita, uma vez que continua a residir em Mogadouro, **confirmou mais uma vez, que esta habitação será apenas para ser habitada quando se deslocam à localidade de São Pedro para efetuarem trabalhos agrícolas sazonais na agricultura nos prédios rústicos que ali possuem.** -----

----- Assim, considerando o apurado na visita domiciliária, que a situação económica do requerente não se agravou, e nos pareceres emitidos em 28 de Novembro de 2016 e 19 de Abril de 2018, através da Informação 2344/2016 e 777/2018, que mantemos textualmente, não somos de parecer favorável ao deferimento deste pedido porque **comprovadamente** a habitação não tem comprometidas as condições de habitabilidade." -----

----- Atendendo à informação técnica supramencionada, o Executivo deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de apoio formulado pelo requerente. -----

----- **9. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE CÂNDIDA ISOLINA PIRES PARA ANULAÇÃO DO VALOR DA DÍVIDA RELATIVA AO NÃO PAGAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA MENSALIDADE DO CONSUMO DE ÁGUA POR UM PERÍODO DE DOZE MESES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um pedido de, Cândida Isolina Pires, datado de vinte e seis de julho de dois mil e dezanove,

Reunião de 26 de dezembro de 2019



com morada na avenida Calouste Gulbenkian, número cento e cinquenta e um, na vila de Mogadouro, registado com o número sete mil, duzentos e cinquenta e quatro barra dezanove, em que solicitou, nos termos do artigo sexto do Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Mogadouro, a anulação do valor da dívida relativa ao consumidor de água número quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois, até à data da deliberação do Executivo Camarário e a isenção do pagamento dos recibos de água referentes ao mesmo consumidor, pelo período de doze meses. -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número seis mil, trezentos e sessenta e sete, de doze de dezembro corrente, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- *“Após análise da situação socioeconómica da requerente, verificamos que o seu rendimento per capita é de 278,90€ (duzentos e setenta e oito euros e noventa centimos), valor inferior a 50% do salário mínimo nacional atualmente em vigor.* -----

----- Assim, o pedido da Sra. Cândida Pires **cumpr**e com o exigido no ponto 1 (**“São beneficiários à atribuição da prestação de serviços e outros apoios sociais os agregados familiares cujo rendimento per capita não seja superior a 50% do salário mínimo nacional fixado para o ano civil a que se reporta o pedido de apoio”**) do artigo 4.º do Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos e com o estipulado na alínea a) do ponto 1 do artigo 7.º do mesmo Regulamento, pois **reside na área do município há mais de um ano.** -----

----- Considerando porém que o Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais e o Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais são omissos neste tipo de apoios, é nosso parecer que ao abrigo da alínea f) do ponto 1 do artigo 6.º do Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos (**Apoio orientado noutros domínios, em situações excecionais, devidamente caracterizadas e justificadas**) o pedido da requerente deverá ser deferido sendo a sua dívida anulada e ser-lhe isento o pagamento das 12 mensalidades, conforme solicitado.” -----

----- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de anulação da dívida de água do consumidor número quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois, devendo a requerente cumprir o deliberado

Reunião de 26 de dezembro de 2019



na reunião do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezanove, referenciado no ponto número trinta e três do ordem do dia. -----

----- Considerando o parecer técnico supratranscrito, mais foi deliberado, por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea f) do ponto 1 do artigo 6.º do Regulamento para a Atribuição de Apoio a Estratos Desfavorecidos do Município de Mogadouro, isentar a requerente do pagamento do consumo de água, a partir do dia um de janeiro do ano de dois mil e vinte durante o período de doze meses. -----

----- **10. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO MASCHOCALHEIRO PARA O PLANO DE ATIVIDADES DE 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Na sequência do pedido do presidente da Associação Maschocalheiro de Bemposta, Vítor Hugo Gomes, registado com o número “2019,EXP,E,GE,1999”, em que solicitou apoio financeiro para as atividades que se propõe desenvolver no ano em curso, foi presente a informação número seis mil, quinhentos e dezasseis, de dezoito de dezembro corrente, da técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, que referiu o seguinte: -----

----- “ -----
----- *Dado que esta Associação foi apoiada em 2018 com um subsídio de 500,00 euros (quinhentos euros), deliberado em reunião do Executivo Camarário de 09 de Outubro de 2018, sobre a nossa Informação n.º 3332/2018, de 21/09/2018, de acordo com o estipulado no Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, deverá esta Associação dar cumprimento ao estipulado no **ponto 1, do artigo 9.º (Avaliação da aplicação de subsídios)** do Capítulo III – **Das Formas de financiamento e avaliação da aplicação dos subsídios**, remetendo ao Município os documentos referenciados neste Artigo sem os quais não deverá ser processada a atribuição de apoios económicos para o presente ano de 2019.* -----

----- A Câmara tomou conhecimento da informação técnica supratranscrita, mas deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, apoiar as atividades de natureza cultural desta associação, que constam do seu

Reunião de 26 de dezembro de 2019



plano, contribuinte 514 703 164, com sede em Bemposta deste concelho, atribuindo-lhe um subsídio no valor de mil euros (€1.000,00) para o ano de dois mil e dezanove, num único pagamento, após a cabimentação da realização da despesa. -----

----- 11. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE OS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NA VILA DE MOGADOURO – REVISÃO DE PREÇOS (CONTRATO N.º 2/2014, DE 21 DE JANEIRO) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente a informação número seis mil e noventa e quatro, de dois de dezembro corrente, do chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, sobre o assunto em título, do teor seguinte: -----

“Como é do conhecimento de V. Exa. a limpeza urbana da vila de Mogadouro encontrava-se adjudicada à empresa FOCSA, resultante de um concurso público efetuado há aproximadamente 5 anos e cujo prazo já terminou, encontrando-se em vigor um novo contrato com data de 22 de outubro de 2019. -----

*Assim recebemos nesta divisão a revisão de preços referente ao período de 2014/2019 para nossa apreciação. Feita a sua análise, do ponto de vista técnico, nada temos a opor à aprovação da mesma, sendo o valor final de **7.995,79€** (sete mil novecentos e noventa e cinco euros e setenta e nove cêntimos). -----*

Compete-nos ainda esclarecer o seguinte: -----

1. De acordo com a cláusula 32.^a do caderno de encargos a atualização de preço das propostas dos concorrentes será realizada em janeiro de cada ano com referência a 1 de janeiro e de acordo com a seguinte fórmula de revisão de preços: -----

$$\text{Ct} = 0,60 \text{ St} / \text{S0} + 0,005 (\text{Gt} / \text{G0}) + 0,25 (\text{Lt} / \text{L0}) + 0,10 \text{ -----}$$

Em que: -----

Ct – Coeficiente de atualização -----

St – Índice do custo de mão-de-obra à data da revisão -----

S0 – Índice do custo de mão-de-obra à data da revisão do ano anterior -----

Gt – Índice oficial do custo de gasóleo à data da revisão -----

G0 – Índice oficial do custo de gasóleo à data da revisão do ano anterior -----

Lt – Índice de preços no consumidor à data da revisão -----

L0 – Índice de preços no consumidor à data da revisão do ano anterior -----

2. Limite mínimo do coeficiente de atualização – Só haverá lugar a revisão de preços quando a variação para mais ou para menos do

Reunião de 26 de dezembro de 2019



coeficiente de atualização (C índice t) mensal for igual ou superior a 1% em relação à unidade. -----

- 3. Assim os anos 2015 e 2016 têm um coeficiente de atualização negativo (inferior a 1%) logo deve o adjudicatário ressarcir a Câmara desse valor; -----*
- 4. Os restantes anos têm um coeficiente de atualização positivo (superior a 1%) logo deve a Câmara Municipal ressarcir o adjudicatário desse valor; -----*
- 5. O Mapa anexo reflete a revisão de preços global e o valor final a pagar por essa atualização de preços." -----*

----- Analisada a presente informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a revisão de preços do concurso público identificado em título referente ao período de dois mil e catorze barra dois mil e dezanove no valor de sete mil, novecentos e noventa e cinco euros e setenta e nove centimos (€7.995,79), devendo ser cabimentado pelo serviço de Contabilidade. -----

----- 12. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE IRENE AUGUSTA CORDEIRO PARA PAGAR A FATURA DE ÁGUA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019, NO VALOR DE 437,24 EUROS, EM CINCO PRESTAÇÕES MENSAIS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente um pedido de, Irene Augusta Cordeiro, datado de seis de dezembro corrente, com residência no bairro Fundo Fomento de Habitação, número trinta e oito, na vila de Mogadouro, registado com o número "2019,EXP,E,GE,2142", em que solicitou, na qualidade de consumidora de água número quatro mil e oitenta e um, autorização para pagar a fatura/recibo de água relativa ao mês de novembro último, no valor de quatrocentos e trinta e sete euros e vinte e quatro centimos (€437,24), em cinco prestações mensais. -----

----- O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, na sua informação número seis mil, quatrocentos e trinta e um, de dezassete de dezembro corrente, informou o seguinte: -----

----- " -----
----- 1. Consultado o histórico do consumidor, que junto se anexa, verificamos que o contador mantinha a mesma leitura desde abril/2014 até outubro/2019 (1826 metros cúbicos). -----

----- 2. No mês de novembro/2019, o contador foi visto pelos Serviços de Águas e Saneamento deste Município, tendo os mesmos verificado que o contador marcava 2337 m³, ou seja, mais 419 metros cúbicos, os quais

Reunião de 26 de dezembro de 2019



foram faturados no mês de novembro/2019, importando-se a referida fatura no valor de €437,24 (Quatrocentos e Trinta e Sete Euros e Vinte e Quatro Cêntimos). -----

----- 3. No artigo 12.º do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, no seu n.º 1, diz-nos que "Sem prejuízo do disposto no número seguinte, poderá ser autorizado o pagamento das tarifas e preços em prestações iguais e sucessivas, mediante requerimento fundamentado do devedor, e quando o respetivo valor for igual ou superior a 100,00€." -----

----- 4. No n.º 2 do mesmo artigo diz também que "Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o número de prestações e o valor de cada não poderá ser superior a 5 prestações e o valor inferior a 20,00€." -----

----- 5. No mesmo artigo, refere ainda o n.º 5 que "A autorização do pagamento em prestações é decidida pela Câmara Municipal." -----

----- Atendendo à informação técnica supratranscrita, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido da requerente, autorizando-a a pagar a fatura/recibo de água número "FRT 01/76056", referente ao mês de novembro do corrente ano, no valor de quatrocentos e trinta e sete euros e vinte e quatro cêntimos (€437,24), em cinco prestações iguais e sucessivas, conforme permitido pelo regulamento municipal em vigor. -----

----- 13. DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO SOBRE A EMPREITADA DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE URRÓS – PEDIDO DA EMPRESA AMBIÁGUA, S.A. DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE MAIS TRINTA DIAS PARA CONCLUSÃO DE TRABALHOS – DESPACHO DE APROVAÇÃO PROFERIDO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:

- A Câmara deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, datado de dezanove de dezembro de dois mil e dezanove, adiante transcrito, sob a informação número seiscentos e setenta e nove barra dois mil e dezanove, do chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, Abel Afonso Varandas, sobre o assunto em epígrafe, na qual emitiu parecer favorável à concessão de trinta (30) dias na empreitada em referência, requerida pela empresa Ambiágua-Gestão de Equipamento de Água, S.A., a fim de se suprir esta situação e, por conseguinte viabilizar a manutenção e execução do respetivo contrato: -----

Reunião de 26 de dezembro de 2019



----- "Autorizo a prorrogação do prazo da obra por mais 30 (trinta) dias. Ao Executivo para ratificação. À DIOM para efeitos." -----

----- 14. PEDIDO DE APOIO DE COLABORAÇÃO DA AIVECA-ASSOCIAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO E VALORIZAÇÃO ETNOGRÁFICA E CULTURAL DE AZINHOSO PARA O PLANO DE ATIVIDADES DE 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

No seguimento do deliberado na reunião de dez de dezembro corrente, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do Regulamento Municipal para Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, apoiar as atividades da AIVECA- Associação para a Investigação e Valorização Etnográfica e Cultural de Azinhoso, contribuinte número 508 502 543, constantes do seu plano para o ano de dois mil e dezanove, concedendo-lhe um subsídio no valor de mil e quinhentos euros (€1.500,00), a cabimentar pelo serviço de Contabilidade. ---

----- Mais foi deliberado, por unanimidade que, doravante, todos os pedidos apresentados pelas diversas associações do concelho, a solicitarem apoio financeiro para os planos de atividades, no âmbito do Regulamento Municipal para Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público e que não cheguem devidamente formalizados, só lhes deverá ser concedido, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de dez (10) dias úteis para apresentação dos documentos em falta, sob pena de lhes ser recusado qualquer apoio. -----

----- Impedimentos: - O senhor presidente, Francisco Guimarães, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedido, pelo facto de fazer parte dos órgãos sociais da referida associação, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. a) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- 15. ACISM-ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE MOGADOURO – ENTREGA DO APURAMENTO DE CONTAS DA FEIRA DOS GORAZES DO ANO 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Na sequência da deliberação tomada na reunião de oito de outubro do corrente ano, a ACISM-Associação Comercial, Industrial e Serviços de Mogadouro apresentou as contas relativas à feira dos Gorazes deste ano, das quais o

Reunião de 26 de dezembro de 2019



Executivo tomou conhecimento, estando em condições de receber a quantia restante do subsídio atribuído naquela reunião. -----

----- **16. DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÔNIO – INFORMAÇÃO SOBRE A EMPREITADA DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE URRÓS – MINUTA DO CONTRATO DE REALIZAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS – DESPACHO DE APROVAÇÃO PROFERIDO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, datado de dezanove de dezembro corrente, sob a informação número seis mil, quinhentos e trinta e cinco barra dois mil e dezanove, da chefe de Divisão de Contratualização, Informática e Património, Maria José Miguel Lopes, junto à qual anexou a minuta do contrato referente à empreitada em epígrafe, para aprovação: -----

----- *“Aprovo a minuta do contrato “Trabalhos a Mais na empreitada, Reformulação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Urrós”. Ao Executivo para ratificação. À DCIP para efeitos.”* -----

----- **17. EMPREITADA “PROJETO E EXECUÇÃO DA REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES” – RELATÓRIO DO JÚRI DO CONCURSO DE REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR NOS TERMOS DA ALÍNEA b) DO N.º 1 DO ARTIGO 79.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS – DESPACHO DE APROVAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE REVOGAÇÃO DE CONTRATAR – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, datado de vinte de dezembro corrente, sob a informação número seis mil, quinhentos e cinquenta e oito barra dois mil e dezanove, junto à qual anexou o relatório de revogação da decisão de contratar porque as propostas dos concorrentes foram excluídas, por falta de cumprimento do estipulado na cláusula segunda do programa de concurso, o preço contratual superior ao preço base: -----

Reunião de 26 de dezembro de 2019

----- “Concordo com o relatório do Júri. Proceda-se à revogação de contratar. Ao Executivo para ratificação. À DCIP para os devidos efeitos.” -----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia dez e vinte e três de dezembro do ano de dois mil e dezanove na importância de um milhão, cinquenta mil, setecentos e quarenta e quatro euros e quarenta e sete centimos (€1.050.744,47). -----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente encerrado a reunião pelas dez horas e trinta minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu, *Assunção*, técnico superior jurista, António Luís Moreira, redigi e subscrevi: -----

Assunção

